



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
ANO BASE - 2025

Em agosto de 2024, foi instituída pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a Política de Acessibilidade e Inclusão, Resolução CSJT 386/2024, que tem como objetivo estabelecer práticas, iniciativas e condutas efetivas que visem promover, proteger e assegurar os direitos das pessoas com deficiência e enfrentar o capacitismo, no âmbito da Justiça do Trabalho.

No âmbito da Gestão Regional, a Política determina no artigo 11, que “os Tribunais Regionais do Trabalho deverão constituir Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, de caráter multidisciplinar, para atuar, no âmbito institucional, na implementação de ações na temática da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência”.

Em janeiro de 2025, foi instituída, através do ATO Presidência nº 07, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e encerra os trabalhos do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão.

A Unidade de Acessibilidade e Inclusão (UAI) atende as competências listadas no art. 23 da Resolução 401/2021, como: projetar ações voltadas à promoção da acessibilidade, dar suporte biopsicossocial e institucional às pessoas com deficiência, bem como acompanhamento personalizado; auxiliar nas demandas da CPAI, promover a conscientização e a promoção de direitos das pessoas com deficiência e, ainda, buscar parcerias com outros tribunais e entidades, para atualizações e trocas de experiências. Também deve elaborar relatórios referentes às ações desenvolvidas.

Após o ATO Nº 07 de 15 de janeiro de 2025, a UAI ficou designada como Unidade de Apoio Executivo (UAE) da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, conforme art. 3º do referido ato.

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, durante o ano de 2025 atendeu as competências listadas no art. 25 da Resolução 401/2021: propôs e monitorou ações voltadas à eliminação de discriminação e qualquer tipo de barreiras;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



propôs à Presidência do TRT a edição de normas e orientação sobre o tema da acessibilidade e inclusão; também elaborou o relatório anual das ações referentes à acessibilidade e inclusão no órgão.

Permaneceram como membros da **Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)**, no biênio 2024 e 2025, os membros do antigo **Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão (SAI)**, indicados através da **Portaria Presidência nº 41, de 26 de fevereiro de 2024**, referendada pela **RA Tribunal Pleno nº 69, de 26 de março de 2024**. Com algumas exceções, conforme o Despacho SGP ID 14885796 – Vetor 335810 de Junho de 2025.

1. Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Coordenador;
2. Desembargador Eduardo Milléo Baracat – Vice-Coordenador;
3. Desembargadora Thereza Cristina Gosdal – Suplente;
4. Juíza do Trabalho Paula Regina Rodrigues Matheus;
5. Juíza do Trabalho Hilda Maria Brzezinski da Cunha Noqueira – Suplente;
6. Marly Célia Utime, Servidora indicada pela Presidência do Tribunal;
7. Micheli Rodolfo de Lima, Servidora indicada pela Presidência do Tribunal;
8. Felipe Perito de Bem, Servidor indicado pela Presidência do Tribunal;
9. Andréia Baltazar Dias, Servidora indicada pela Presidência do Tribunal;
10. Fernanda de Almeida Santana, Servidora indicada pela Presidência do Tribunal;
11. Lilian Yuriko Hirae, Servidora indicada pela Presidência do Tribunal;
12. Clemerson Keiber, Servidor indicado pela Presidência do Tribunal;
13. Nelson Amazonas Girão de Araújo, representante da Seção de Sustentabilidade, tendo como suplente Mário Luís Krüger;
14. Ricardo Ainati Humphreys, representante da Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística, tendo como suplente Daniele Ferreira, Coordenadora de Estratégia, Projetos e Processos da SGE;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



15. Antônio Cesar Teófilo Gondim, representante da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, tendo como suplente Rogério Esmanhotto;

16. Thays Delmiro Vieira e Vera Lúcia Fuganti, representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas, tendo como suplentes Bianca Merino Fernandes e Lucimara Schroeder, respectivamente;

17. Paulo Cesar Soares Fernandes, representante da Secretaria de Tecnologia da informação e Sistemas Judiciários;

18. Bruno Leal Bastos, representante da Secretaria de Sistemas Administrativos.

UAI está subordinada à Secretaria Geral da Presidência e foi criada com o objetivo de melhorar a posição deste Tribunal no “ranking” do Prêmio CNJ de Qualidade. Muito para além disso, visa o desenvolvimento de diretrizes para atender os servidores com deficiência que fazem parte deste Tribunal, conforme as normas vigentes.

Membros e membras que compõem a UAI, conforme a Portaria da Presidência 38/2025: Há uma única servidora exclusiva na Unidade de Acessibilidade e Inclusão, os demais estão lotados em outros setores e só participam duas reuniões anuais da CPAI.

1. Regina Conceição Ciscato de Lima - UAI;
2. Mário Luis Krüger - Sustentabilidade;
3. Thays Delmiro Vieira- Gestão de pessoas;
4. Claudia Dal Piva - SEA
5. Emanuel Quintela Carvalho - TI;
6. Heliberton Cesca - Ascom

Os objetivos da CPAI, e da UAI são os mesmos, ou seja, promover a acessibilidade e inclusão no âmbito do TRT 9, além de expandir os conceitos e atitudes para a sociedade. Portanto, trabalhamos em conjunto.

Atividades realizadas durante o ano de 2025:

- Elaboração do Relatório Anual de Acessibilidade e Inclusão 2024, para atendimento da Resolução 401/2021 do CNJ;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



- Instrução de Contratação Direta para atendimento de acessibilidade comunicacional em Libras, além de fiscalização. No início de 2025, foi efetivado contrato com a Universidade Livre para a Eficiência Humana (UNILEHU), que atendeu à demanda do Tribunal de forma remota, no período de 20/02/2025 até 31/07/2025, atuando em 27 eventos abertos ao público externo que aconteceram no TRT9, ou foram transmitidos pelo YouTube. Logo após a utilização do número de horas previsto em contrato, foi realizada uma nova pesquisa e a mais conveniente ao Tribunal foi a empresa Libraria, que atendeu em 21 eventos abertos ao público ou com transmissão pelo You Tube.

- O Tribunal também foi atendido pela UNINTER, por intermédio do Termo de Cooperação Técnica (9/2024) celebrado com a instituição. Houve 10 (dez) reuniões referentes à elaboração do Protocolo de Julgamento sob a Perspectiva da Pessoa com Deficiência no Âmbito do Poder Judiciário, das quais participaram pessoas surdas, tendo a UNINTER apoiado na interpretação da Libras. Além disso, a instituição apoio e participou do evento “Atender bem é incluir! - Abertura do mês da luta da pessoa com deficiência”, realizado em 29 de agosto de 2025.

Foram realizados, portanto, tivemos 59 eventos, totalizando 128 horas com acessibilidade comunicacional, em 2025.

- Ainda sobre Acessibilidade Comunicacional, foi implantado o projeto Balcão Visual, uma iniciativa do TRT15, que propicia a inclusão de pessoas surdas a informação de processos nos TRTs. As pessoas são atendidas, através de salas de vídeo conferência, com link nas páginas dos TRTs, de forma remota, por voluntários dos TRTs. O TRT9 conta com a participação de uma servidora voluntária, neste projeto. Os voluntários ficam nos seus postos de trabalho conforme cronograma de revezamento, deixam o link da sala aberto e caso haja procura no seu plantão, atendem em Libras e fazem as mediações para qualquer Vara do Trabalho no Brasil e repassando as informações sobre o processo da pessoa surda em Libras. Caso a pessoa surda, esteja presencial na Vara do Trabalho é atendida da mesma forma. Esta foi uma grande evolução sem custos, que atende toda a população surda em qualquer lugar do país. A gestora deste projeto no TRT-PR, foi a servidora Regina Ciscato de Lima, membra da UAI. O TRT do PR, Inclusive, fez uma reportagem desta utilização, que foi transmitida em canais de TV.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=100&pagina=BALCAO_VISUAL

- Foi realizado o acompanhamento de servidores e servidoras com deficiência, por meio de entrevistas individuais, por videoconferência, (plataformas Zoom ou Meet) para verificação da necessidade de ajustes e eliminação de barreiras tecnológicas, físicas e atitudinais; atualmente, há 97 pessoas com deficiência no quadro funcional do TRT/PR, 95 servidores e 2 magistrados, o que representa 3,91% da sua força de trabalho.

- Preparação, organização e execução, em parceria com a Escola Judicial do TRT9, do III Evento “Abertura do Mês Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência”. Em 2025, o evento foi voltado para o atendimento no comércio, tendo como tema “Atender bem é incluir!! Foram convidados (as) todos (as) os (as) servidores (as) com deficiência e seus (suas) respectivos (as) gestores (as), para participarem presencialmente ou on-line, além de magistrados (as) de Curitiba e do interior do Estado do Paraná. Também foram convidados palestrantes com e sem deficiência. O encontro foi aberto ao público externo e realizado no Plenário do TRT9 (Pedro Ribeiro Tavares), durante todo o dia 29/08/2025. Houve a participação de muitas autoridades, membros locais do Poder Judiciário, Poder Executivo e Poder Legislativo, além da comunidade civil, representantes de Organizações não governamentais, entre outros. O evento contou com acessibilidade comunicacional (Libras, áudio descrição e legendas), acessibilidade arquitetônica, acessibilidade no atendimento, proporcionando apoio a todos que precisassem de suporte, até mesmo no momento do almoço. Foi um sucesso e pode ser assistido pelo link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=2KMM7yZ4sX4>

- Participação do Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, presidente da CPAI, como coordenador do Protocolo de Julgamento sob a Perspectiva da Pessoa com Deficiência no Âmbito do Poder Judiciário, juntamente com magistradas (os) e servidoras (es) do Judiciário Brasileiro, além de pessoas com deficiência da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



sociedade. Houve muitas reuniões com grupos subdivididos por temas, até chegar à proposta da minuta final.

- Participação das servidoras Regina Ciscato de Lima e Micheli Rodolfo Lima, ambas membras da CPAI, na elaboração da Política de Acessibilidade do CNJ, em fevereiro de 2025 em Brasília.

- Participação de membros do CPAI e UAI, no II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no âmbito Judicial, no TST em Brasília, dias 25 e 26/08/2025. Estiveram presentes as servidoras Marly Célia Utime, Micheli Rodolfo Lima, Regina Ciscato de Lima e o Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca.

- Contratação, participação e fiscalização do curso para gestores “Acessibilidade e Gestão da Diversidade”, curso com carga horária de 20h, on-line, ministrado por duas servidoras com deficiência visual. Curso excelente, porém, com pouca adesão de magistrados (as) e servidores (as). O link para acesso ao curso está disponível na página da Escola Judicial.

- Preparação do Plano de Ação para 2026, com estudos, coletas de dados e orçamentos necessários.

- Elaboração de pareceres pelo CPAI, em processos administrativos de pedidos de condições especiais de trabalho para magistrados (as) e servidores (as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou para aqueles (as) que tenham cônjuge, filho (a) ou dependente nessa mesma condição, com base no Ato da Presidência 4/2021.

- Agendamento das reuniões da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI. Envio de convites aos membros, preparação de pautas, atas e inserção no vetor referente aos colegiados. Em 2025, houve dois encontros, conforme determina a Resolução CNJ 401/2021.

- CPAI itinerante: Na segunda semana de novembro/2025, aconteceram visitas técnicas, nas unidades da Justiça do Trabalho localizadas no Polo de Londrina. O objetivo destas visitas foi a aproximação de integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão com magistrados(as) e servidores(as) além da divulgação de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



Leis, resoluções, protocolos e direitos na temática da Pessoa com deficiência. O projeto atingiu um número considerável de pessoas, 115 pessoas participaram das rodas de conversas e do encontro final, no Fórum de Londrina.

No Veto 333741, encontra-se o relatório do projeto, bem como no Veto específico da CPAI – Veto 335810.

Curitiba, 16 de janeiro de 2026.

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca
Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Regina Ciscato de Lima
Unidade de Acessibilidade e Inclusão